

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL
SALA 95 – PALÁCIO DO PLANALTO, 4º andar

Presentes:

GOV: Maria Victoria Hernandez (SG/GAB), Laís de Figueirêdo Lopes (SG/GAB), Pedro de Carvalho Pontual (SG/SNAS), Adriana Mendes Oliveira (MPOG), Antônio Aguiar Neto (MPOG), Enid Rocha Silva (MPOG), Fábio Sá e Silva (IPEA), Felix Garcia Lopez (IPEA), Waldemar Carvalho Junior (AGU), Julio Cesar Oba (AGU), Bruno Oliveira Barbosa (CGU), Waldir Agapito (SFC/CGU), Mario Vinícius Spinelli (SFC/CGU), Ricardo França (CGU), Elias Emanuel Alves de Sousa (MJ), Fernanda Alves dos Anjos (MJ), Lídia Yoshikawa (CC), Aldino Graef (CC), Isamara Barbosa Caixeta (MF); e

OSC: Helda Oliveira Abumanssur (Abong), Daniel Rech (UNICAFES), Anna Cynthia Oliveira (GIFE), Eliana Bellini Rollemberg (CESE/CLAI-BRASIL), Gislei Knierim (CONCRAB/ MST), Gerfânia Damasceno (CEBRAJ), Sílvio Santana (Fundação Esquel), Adriana Ramos (ISA), Aldiza Soares da Silva (Fundação Esquel), Sandra Marinho Costa (FENAPAE), Nelson Arns Neumann (Pastoral da Criança), José Antônio Moroni (INESC).

Pauta:

- 10:00 – **Abertura, aprovação da pauta e apresentação de informes gerais**
10:30 – **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/11, de 24 de novembro de 2011** (Mario Spinelli – Secretário de Prevenção da Corrupção e Informação Estratégica da CGU)
11:15 – **Resultados do “Grupo de Trabalho de Entidades Sociais – Portaria MJ 1.007, de 14 de junho de 2011”** (Fernanda dos Anjos – Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do MJ)
12:00 – **Avaliações do Seminário Internacional Marco Regulatório das OSCs** (Laís de Figueirêdo Lopes – Assessora do Ministro da SG/PR)
12:30 – almoço
14:00 – **Apresentação do instrumento de construção do Plano de Trabalho a Curto, Médio e Longo Prazo** (Laís de Figueirêdo Lopes – Assessora do Ministro da SG/PR)
14:20 – **Compilação e sistematização de normas** (Elias Emmanuel Alves de Sousa – Chefe do Serviço de Referência e Informação Legislativa do Departamento de Processo Legislativo da Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ)
14:40 – **Documento “MR para OSCs - Temas chaves discutidos no Seminário Internacional da SGPR e suas Implicações Normativas”** (Sílvio Sant’Ana – Presidente da Fundação Esquel)
15:00 – **Discussão e construção do Plano de Trabalho do GT** (todos)
17:30 – **Composição dos Subgrupos e data da próxima reunião**
18:00 – Encerramento

Principais assuntos abordados, propostas e encaminhamentos:

Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/11, de 24 de novembro de 2011

Representantes da CGU apresentaram a Portaria interministerial 507/2011, que disciplina convênios com entes federados e organizações da sociedade civil. Há mais impactos sobre estados e municípios do que sobre as entidades sem fins lucrativos. A principal novidade é a regulamentação do chamamento público, com informações que devem constar do edital, como a comprovação do desenvolvimento prévio de atividades referentes à matéria objeto de convênio. Deve haver ampla divulgação do órgão ou entidade concedente, bem como no Siconv.

Resultados do “Grupo de Trabalho de Entidades Sociais – Portaria MJ 1.007, de 14 de junho de 2011”

Representante do Ministério da Justiça fez apresentação do grupo de entidades sociais, criado em 2011 para estudar a situação no âmbito do Ministério da Justiça. Conclui que os Termos de Parceria começam a ser paulatinamente utilizados. Menciona problema com entidades recém criadas que buscam o título de Oscip, que muitas vezes são “de gaveta” e que depois trocam a direção, a sede e os objetivos.

Avaliações do Seminário Internacional Marco Regulatório das OSCs

O trabalho realizado pela Secretaria Geral da Presidência da República compilou todos os questionários de avaliação. Avaliação geral positiva, a maioria entre bom e excelente. Os painéis possibilitaram troca de experiência, as oficinas propiciaram aprofundamento, o evento gerou pluralidade e demonstrou vontade política efetiva do governo por meio da SG/PR.

Compilação e sistematização de normas

Trabalhou relação de normas já existente no Ministério da Justiça. Trata-se de um levantamento preliminar, sistematizado por categoria. O segundo momento foi trabalhar com recortes, com foco em eixos, subgrupos e qual espaço a norma é aplicada.

Documento “MR para OSCs - Temas chaves discutidos no Seminário Internacional da SGPR e suas Implicações Normativas”

Tentou fazer o que fez o Ministério da Justiça: organizar as contribuições que estavam colocadas em vários grupos ao mesmo tempo. Foi levantada a questão da insegurança jurídica e como ela tem impacto muito forte nas organizações, transparência, prestação de contas e maior inclusão da cidadania na gestão das organizações. Assim como para o governo, é necessário que a cidadania tenha uma participação mais ativa na gestão. Seria possível pensar em uma prestação de contas unificada? Também pautou a necessidade de eliminar definitivamente o convênio para contratação de entidades sem fins lucrativos, a questão das seleções – como construir um procedimento que não engesse a sociedade civil.

Apresentação do instrumento de construção do Plano de Trabalho a Curto, Médio e Longo Prazo

A SG preparou uma planilha com as contribuições do Seminário, num esforço de propor os encaminhamentos para cada grupo de trabalho. Exercício inicial, não só em relação às propostas, mas à localização de cada proposta e até o instrumento. No final, a intenção é pactuar o trabalho de cada subgrupo. Trata da proporção entre sociedade e governo em cada subgrupo e da comunicação entre os grupos. O ideal é que seja um produto do subgrupo, não da sociedade civil ou do governo no subgrupo. O primeiro trabalho de cada subgrupo será rever a tabela, para ter um formato de trabalho.

Composição Subgrupos Grupo de Trabalho

1) DIAGNÓSTICO E SISTEMATIZAÇÃO (Compilação de normas, dados, estudos e diagnóstico)
GOV: MJ (Coordenador), AGU, IPEA e SG
OSC: Esquel (Articulador)

2) FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL (Fomento público, privado e internacional, sustentabilidade, capacitação e acesso à informação);

GOV: SG (Coordenador), Fazenda e Casa Civil

OSC: Ethos, ABONG, CESE, CLAI, Visão Mundial, Esquel (Articulador), e GIFE

3) GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY (Mecanismos de transparência, prestação de contas, controle, autoregulação e participação do beneficiário);

GOV: CGU (Coordenador), SG e MPOG

OSC: INESC, GIFE (Articulador), CONCRAB e ESQUEL

4) ACREDITAÇÃO E RECONHECIMENTO (Diversidade dos modelos de acreditação existentes - certificação, qualificação e autorização - , funções e critérios); e

GOV: MJ (Coordenador), SG (MDS, MEC, MS)

OSC: FENAPAES, UNICAFES (Articulador), CEBRAF e ESQUEL

5) CONTRATUALIZAÇÃO (Modalidades de contratualização, formas de repasse de recursos públicos e o modelo de procedimentos x modelo de resultados)

GOV: Casa Civil (Coordenador), AGU, MPOG, MJ, CGU, Fazenda e SG

OSC: ISA, Cáritas, ABONG (Articulador), MAB e ESQUEL